



Não há SUS sem APS, Não há APS sem MFC.

## COC183 - Protocolos de referenciamento e a organização da regulação ambulatorial.

Agostinho MR<sup>1</sup>; Basso J<sup>1</sup>; Roman R<sup>1</sup>; Katz N<sup>1</sup>; Harzheim E<sup>1</sup>; 1 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Introdução:** No Rio Grande do Sul, existe grande dificuldade de acesso a serviços de atenção especializada. Há 164203 pessoas esperando consultas com o serviço especializado de Porto Alegre, para uma oferta de 10296 consultas/mês. A regulação assistencial é dificultada pela ausência de informações nos encaminhamentos e pela falta de protocolos com critérios para acesso ao serviço especializado. **Objetivos:** Organizar a lista de espera para especialidades médicas e odontológicas e qualificar a informação recebida na regulação ambulatorial, por meio da criação de protocolos de referenciamento para as condições mais comuns de atendimento na APS. **Metodologia ou Descrição da Experiência:** Foram criados protocolos de referenciamento da atenção primária para os serviços especializados em Endocrinologia e Pneumologia. Os protocolos contêm as condições clínicas que indicam necessidade de encaminhamento e as informações mínimas necessárias para regulação ambulatorial. Os médicos do Complexo Regulador Estadual aplicaram essas diretrizes para a lista de espera dessas duas especialidades, sendo que os casos que não apresentavam indicação de encaminhamento eram direcionados para teleconsultoria entre o médico teleconsultor e o médico assistente. **Resultados:** Dos 8243 casos regulados da endocrinologia, 5043 (61,2%) foram encaminhados para teleconsultoria. Os demais foram autorizados por apresentarem critérios de encaminhamento ou ficaram pendentes por falta de informação. A distribuição em relação aos protocolos foi a seguinte para os casos discutidos: Hipotireoidismo (26,9%), Hipertireoidismo (4,9%), Diabetes (28,3%), Nódulo/Bócio de Tireoide (29,4%) e Obesidade (10,2%). Para pneumologia, dos 2983 casos regulados, 2273 (76,2%) foram encaminhados para teleconsultoria, com a seguinte distribuição: DPOC (29,8%), Asma (19,7%), Alteração em exames complementares (12,8%), Tosse crônica e dispneia (18,8%), Apneia do sono (17,1%) e tabagismo (1,7%). **Conclusão ou Hipóteses:** Os protocolos de encaminhamento são uma ótima ferramenta para melhorar a qualidade da informação e otimizar o trabalho da regulação ambulatorial. Quando associados à realização de teleconsultorias, podem melhorar o acesso ao atendimento e criar um ambiente de educação permanente para equipes da APS.

PALAVRAS-CHAVE: protocolos; regulação ambulatorial; teleconsultoria